

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/2019

MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.325.436/0001-49, sediada a Avenida João da Mata, Mato Grosso, no 256, Sala 112, Jaguaribe, João Pessoa-PB, CEP 58.015-020, neste ato representada pelo Sócio Administrador Lincoln Thiago Andrade Bezerra, à elevada presença de V. Exa., vêm, respeitosamente, com fundamento no art. 4º inciso XVIII da Lei nº 10.520/02 e item 8.1.1, 8.3 e seguintes do Edital de Convocação do Certame, apresentar RECURSO contra ato ilegal do PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, na condução do Pregão Eletrônico nº 20/2019 originário do processo administrativo nº 21000.032191/2019-67, que, em afronta às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Instrução Normativa nº 05/2017 e ao art. 37 da Constituição Federal, do Edital de Convocação lesou direito líquido e certo da impetrante em processo licitatório da Secretaria de Estado da Administração, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### I - DA RETROSPECTIVA DOS FATOS

A recorrente é uma licitante séria, reconhecida por seus trabalhos na prestação de serviços tanto no que se refere à qualidade dos serviços que presta, bem como pela sua competitividade comercial, portanto, uma concorrente que é desejada pela Administração Pública em todas as licitações.

Nestas condições, após a publicação do Edital, resolveu participar do Pregão Eletrônico nº 20/2019, que tem o objeto de contratar proposta mais vantajosa para serviços de apoio administrativo e demais serviços auxiliares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Para tanto, a recorrente preparou sua documentação e proposta, em total conformidade com as exigências do instrumento convocatório, no escopo de fornecer o serviço pretendido pela Administração Pública.

Recebida a documentação e as propostas, após os lances a recorrente foi inicialmente classificada como melhor proposta tendo requerido o pregoeiro que fossem feitas adequações na planilha apresentada pela empresa.

Dentre as adequações requeridas está a seguinte:

(...) Pregoeiro fala: Para MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – No módulo 05 (INSUMOS DIVERSOS) foi incluído o valor de R\$ 2,00 com discriminação de "TARIFA BANCÁRIA"(CONTA VINCULADA) o valor proposto, bem como o cálculo não está correto. Solicito a retificação de sua planilha com as provisões prevista de acordo com os percentuais estabelecidos no Anexo XII da IN 05/2017,... (extraído da ata do certame)

Posteriormente, conforme se demonstra na ata da sessão, a recorrente apresentou todas as correções solicitadas pelo Sr. Pregoeiro, inclusive a destacada acima, vejamos o trecho da ata que comprova a adequação:

Fornecedor fala: (27/01/2020 17:10:16) Sr. Pregoeiro, conforme solicitado, enviamos a planilha de preço e formação de preço dentro do prazo proposto e com todos as readequações solicitadas. Além disso, enviamos a declaração de exequibilidade da nossa proposta, como também contratos vigentes com as respectivas planilhas de custo para comprovação dos percentuais de custos administrativos e lucro.

Sistema informa: (27/01/2020 17:05:22) Senhor Pregoeiro, o fornecedor MARANATA PRESTADORA DE SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 03.325.436/0001-49, enviou o anexo para o grupo G1.

Todavia, mesmo tendo apresentado todas as adequações requeridas e necessárias para acolhimento de sua proposta comercial, o Sr. Pregoeiro desclassificou a empresa com a seguinte fundamentação:

Pregoeiro fala: (27/01/2020 17:44:52) Isto posto, resta considerar/declarar a proposta da empresa MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ no 03.325.436/0001-49, DESCLASSIFICADA do certame.

Pregoeiro fala: (27/01/2020 17:44:42) Senhores (as) Licitantes, em análise a Proposta Comercial da empresa MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, não foram apresentados os valores para aprisionamento para a Conta-Depósito vinculada bloqueada para movimentação conforme estabelecido no item 19 do Edital, no item 21 do TR, bem como, no Anexo XII da IN 05/2017. Foi dada oportunidade para ajuste, mas a licitante persistiu no erro.

Contudo, mesmo tendo cumprido todas as exigências formuladas pelo pregoeiro, a recorrente teve sua proposta erroneamente desclassificada, o que demonstrará nas razões recursais aqui apresentadas.

Assim, a recorrente intencionou recurso ainda na sessão de julgamento e neste momento vem apresentar suas razões de inconformismo pela decisão que desclassificou a recorrente e classificou e habilitou a recorrida com claros erros nas planilhas comerciais em clara violação ao princípio da isonomia entre os licitantes.

Eis o necessário relatar.

## II - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

### II.1. - Dos Princípios que norteiam o processo licitatório

A licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público, pela escolha do negócio mais vantajoso para a Administração Pública, e de, outro a garantir a legalidade, princípio de fundamental importância para que os particulares possam disputar entre si, de forma justa, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar.

Desta forma, como retro mencionado, a Licitação, objetivando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, deve obedecer: o princípio da isonomia entre os concorrentes, para que se obtenha condições que permitam sindicar a observância dos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da impessoalidade, da moralidade, e da probidade administrativa, sem o que restam, comprometidas a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos, como definido no caput do art. 3º. da Lei 8.666/93:

Art. 3º. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.." (grifou-se)

Com fulcro em tais preceitos legais, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser obedecidos, sob pena de restar frustrada a validade e eficácia da licitação pública

### II.2 – DO GRAVE EQUÍVOCO NA DECISÃO QUE DESCLASSIFICOU A RECORRENTE.

O pregoeiro desclassificou a empresa alegando que não foram previstos os custos para a movimentação da conta-depósito vinculada, conforme estabelecido no item 19 do Edital, no item 21 do TR, bem como, no Anexo XII da IN 05/2017;

Ressaltamos que os custos das provisões da conta vinculada bloqueada para movimentação, estão previstos na planilha de custo e formação enviada pelo sistema compõem:

- a) 13º (décimo terceiro) salário (Submódulo 2.1);
- b) Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias (Submódulo 2.1);
- c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa (Módulo 3 alínea C e F);
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário (percentual do Submódulo 2.2 sobre o Submódulo 2.1).

Portanto em nenhum momento a empresa deixou de apresentar a base valores exigidos na IN 05/2017 anexo XII, para cálculo das provisões da conta vinculada.

Segundo a IN 05/2017 diz que;

As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este Anexo, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

Diante disso, no próprio anexo XII da IN 05/2017 item 14, consta uma tabela demonstrativa dos percentuais de retenções/provisões para conta vinculada, devendo a administração pública valer-se desta informação, uma vez que é esta quem detém autorização única para movimentar a conta vinculada.

Todas essas informações são extraídas da planilha, não necessitando novamente exigir demonstração em tópico próprio, pois se torna redundante e viola a economicidade dos atos administrativos.

Por outro lado, deixamos claro, que ao solicitar a readequação da planilha de custo e formação de preço, o pregoeiro afirmou categoricamente que queria a cotação dos CUSTOS para movimentação da conta vinculada, o que demonstrou claramente se tratar de taxas ou tarifas bancárias.

Por tais motivos, a recorrente incluiu a alínea de TARIFAS BANCÁRIAS em sua proposta de preços.

Se o pregoeiro tivesse sido claro em sua solicitação, a empresa entenderia que de fato era as provisões das retenções da conta vinculada.

Assim sendo, merece o recurso ser conhecido e provido, uma vez que com todo respeito, o pregoeiro induziu a empresa a erro quando afirmou categoricamente que a recorrente adequasse os CUSTOS para movimentação da conta vinculada e não as provisões incidentes sobre a conta vinculada.

Com base nesses argumentos, pugna para que seja provido o recurso, anulando-se a decisão que desclassificou a recorrente, retornando o certame a fase de apreciação da proposta da recorrente, eis que foi a proposta mais vantajosa para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que a desclassificação se deu por mero erro de forma.

### II.3 – DA INDEVIDA CLASSIFICAÇÃO DA PORPOSTA DA EMPRESA RDJ – PROPOSTA EM CLARA VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL.

O Sr. Pregoeiro após desclassificar a proposta apresentada pela recorrente, chamou ao envio da proposta a empresa subsequente, qual seja, RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI (atual prestadora dos serviços.)

Curiosamente, solicitou a recorrida em relação as retenções para conta vinculada que apresentasse uma mera declaração no chat, sem, contudo, determinar, como fez com a recorrente, que apresentasse os cálculos na planilha que acompanha a proposta comercial.

É forçoso perceber que em nenhum momento o pregoeiro pediu para que a recorrida fizesse uma readequação na planilha referente a conta vinculada, como também não se utilizou do termo CUSTOS (como fez com a recorrente).

Assim, a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, apenas declarou através de chat quanto a exequibilidade de sua proposta e o pregoeiro mesmo tendo determinado correções acatou a proposta.

Mais uma vez reafirmando o respeito desta recorrente para com o Sr. Pregoeiro, mas o mesmo feriu de morte o princípio da isonomia, visto que a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI na planilha de custos quanto ao cargo de Secretário Executivo Bilíngue sequer cotou as provisões da conta vinculada corretamente, e mesmo assim teve sua proposta classificada.

Outro ponto que merece destacar é que a empresa recorrida cotou 1,3% para Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa (Módulo 3 alínea C e F), quando o correto seria 4% (inclusive informado pelo pregoeiro a Maranata via chat, quando pediu para retificar de 5% para 4% conforme Lei 13.932/2019);

Outro erro na planilha de custos para o cargo de Secretário Executivo Bilíngue praticado pela recorrida, foi o cálculo do modulo 4 na alínea "a" (férias) onde foi cotado apenas 0,03%, percentual inexequível para este item.

Sabemos que este item, trata da substituição do titular nas férias, ou seja, valor correspondente ao funcionário "ferista", sendo a formula de cálculo correta e também exposta no EDITAL – (anexo do Edital – planilha de custos e formação de preço)  $(1+1/3) / 12] / 12=0,926\%$ .

Assim sendo os erros apresentados na planilha de preços da recorrida sequer poderão ser corrigidos em diligências, uma vez que os equívocos cometidos não poderão ser sanados sem a majoração do preço apresentando, uma vez que com a correção fatalmente o custo apresentado para reposição do empregado aumentará o que é vedado em diligência para correção de planilha.

Devemos lembrar que as correções que apresentem majoração do valor ofertado no lance são terminantemente proibidas conforme ensina o art. 29-A da IN/2008:

Art. 29-A. A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

§ 2º Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

Não é cansativo relembrar que os erros formais em planilhas de composição de preços não têm o condão de desclassificar propostas, porém, quando as correções impuserem majoração no preço do lance ofertado a proposta deverá ser desclassificada por violação ao art. 29-A, parágrafo 2º da IN/2008 já transcrita acima.

A boa prática em licitações determina que se busque a melhor proposta dentre aquelas exequíveis e aptas a iniciarem a fase de lances, visto que não pode a Administração Pública ficar a reboque de empresas aventureiras que no decorrer do contrato fatalmente não cumprirão seus deveres contratuais e deixarão um passivo trabalhista, fiscal e operacional para o Estado da Paraíba.

A teor do que consta no anexo VII, do item 9, da IN 05/2018 vejamos:

9.1. Serão desclassificadas as propostas que:

9.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contenham vícios ou ilegalidades;
- b) não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico ou Termo de Referência;
- c) apresentem preços finais superiores ao valor máximo mensal estabelecido pelo órgão ou entidade contratante no instrumento convocatório;
- d) apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e
- e) não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada.

9.2. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

9.3. A inexequibilidade

Dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

Verificando o teor do Anexo VII, item 9 da IN 05/2008 se percebe que a proposta apresentada pela recorrida merece ser desclassificada, pois contem claros vícios e ilegalidades (Anexo VII, item 9) e ainda violam o termo de referência e contrariam instrumentos.

No presente caso não teria como a RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI corrigir a sua planilha de composição de custos sem alterar o valor global do seu lance, o que na prática é vedado pela lei.

Assim os tribunais julgam casos idênticos

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AJUSTE DE PLANILHA. REDUÇÃO DO PREÇO OFERTADO NO ITEM. NULIDADE. CARACTERIZADA. 1. O edital faz lei entre as partes e vincula a Administração, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação.

2. De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na Lei nº 10.520/2002, modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93. Não basta, pois, obter-se a proposta mais vantajosa para a administração, devendo-se, na verdade, garantir a efetiva igualdade de condições entre os licitantes e o respeito às demais regras e princípios jurídicos, em especial aqueles que orientam as ações da Administração.

3. A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha.

4. Mesmo que o critério de julgamento do edital seja pelo menor preço global, se o certame, por alguma razão de sua conveniência, vinculou a todos declinarem apenas o percentual de BDI no item, fere o princípio da isonomia e da impessoalidade permitir que um dos licitantes possa reajustar após encerramento das propostas, sem adequada justificativa, a única variável do item, no caso o percentual de BDI. 5. Não se trata de mera correção de erro material de planilha, mas de novo cálculo, executado com objetivo de reduzir a proposta para adequar-se ao próprio valor global declinado, após já estar ciente de todas as propostas apresentadas no certame. (TRF-4 - AC: 50491124520174047100 RS 5049112-45.2017.4.04.7100, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 19/09/2018, QUARTA TURMA)

O TCU no Acórdão TC 000.535/2015-0 já se manifestou pela impossibilidade de alteração da proposta após a fase competitiva, consignando o seguinte em sua ementa:

"A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha.

### III - DO PEDIDO

Requer-se a Vossa Senhoria que:

- a) Seja conhecido e provido o presente RECURSO PARA: anulando-se a decisão que desclassificou a recorrente, retornando o certame a fase de apreciação da proposta da recorrente, eis que foi a proposta mais vantajosa para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que a desclassificação se deu por mero erro de forma;
- b) Caso não seja esse o entendimento que anule a decisão administrativa que classificou a RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, determinando em seguida a sua desclassificação.

João Pessoa, 04 de fevereiro de 2020.

Lincoln Thiago de Andrade Bezerra  
Sócio Administrador  
MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUÇÕES LTDA  
Recorrente

**Fechar**